



Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/05/2015 - Telesíntese

Setor de Telecom reage a possível aumento do Fistel

Ministério da Fazenda estaria planejando um auento da taxa do fundo de fiscalização como parte das medidas do ajuste fiscal necessário para elevar o superávit primário da União.

Entidades que representam o setor de telecomunicações no Brasil reagiram à possibilidade de o governo federal usar aumentar a taxa de contribuição para o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). A medida, pensada para fazer caixa e aumentar a margem de superávit primário, estaria sendo estudada pelo Ministério da Fazenda, segundo informação publicada no jornal O Estado de S.Paulo. Em 2014 o Fistel arrecadou R\$ 8,48 bilhões.

Se levada a cabo, a proposta poderá comprometer projetos de inclusão digital e universalização do acesso, como Banda Larga Para Todos. O projeto prevê levar fibra óptica a 95% dos municípios e atender com a tecnologia 45% das casas em centros urbanos. Para isso, o Ministério das Comunicações cogitava oferecer créditos do Fistel, juntamente com um leilão reverso, para incentivar o investimento por parte do setor privado em áreas de baixo interesse comercial.

A Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (Telcomp) divulgou comunicado no qual repudia a ideia. "Tais propostas onerarão ainda mais os serviços essenciais de telecomunicações, já sujeitos a uma carga tributária sem paralelos em escala mundial", destaca a nota. A associação também é contra a aprovação do projeto de lei 430/2014, que tramita no Senado, e prevê mudança nos cálculos de receita do Fistel e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

De acordo com a entidade, os fundos não atendem mais os objetivos para os quais foram criados. "Hoje, as dezenas de bilhões de reais arrecadados a cada ano vão direto para o caixa do Governo Federal, sem as contrapartidas devidas para o setor", critica. Os valores cobrados das operadoras para manutenção do fundo estariam distantes da realidade do setor, ressalta a associação. "O valor é excessivamente elevado e chega a inviabilizar novas aplicações tais como a Internet das

Coisas", detalha.

Pelas contas da Telcomp, os custos com fundos e tributos, como o ICMS, oneram a conta ao consumidor final de telecomunicações em 50%. "Reconhecemos a importância dos ajustes fiscais para corrigir erros de políticas econômicas recentes. Porém isto não deve ser feito com a introdução de novas distorções, que causarão mais desequilíbrios [no setor]", diz. A entidade destaca que, no ano passado, as operadoras contribuíram para a arrecadação do governo federal não somente com encargos, mas com antecipação de receitas, através da participação do leilão de 700 Mhz, frequência que estará disponível para o uso, em algumas partes do país, a partir de 2016.

Febratel

A Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel) também censurou a ideia. Lembra que o fundo já arrecadou R\$ 58 bilhões desde 2001 dos quais apenas 7,4% foram aplicados na finalidade em fiscalização do setor, intuito para o qual foi crido. "Um aumento de qualquer percentual, por menor que seja, em uma taxa que sequer está sendo utilizada, vai gerar um efeito bastante indesejável de aumento de preços e freio na expansão do acesso aos serviços, especialmente os de telefonia celular e internet móvel", critica.

A entidade reforça o argumento de que o setor contribui em grande medida com a arrecadação de impostos no país. Calcula que paga em tributos, anualmente, R\$ 60 bilhões, além de investir em média R\$ 30 bilhões (22% da receita líquida do setor). "Sabemos que para chegar a um número maior de brasileiros – especialmente em um momento de dificuldades econômicas e em áreas rurais – precisamos de incentivos, de redução de tributos e fundos, de políticas públicas que permitam a utilização de recursos arrecadados, e não de aumento de taxas", frisa.







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Destaca ainda que os consumidores de renda mais baixa seriam os mais prejudicados, uma vez que as operadoras devem pagar a mesma taxa por chip ativado, seja pré ou pós-pago. "Desde 1998, o percentual de participação na receita líquida cresceu cinco vezes", assinala a Febratel. Cita ainda dados do Tesouro Nacional apontando que 40% dos recursos da União obtidos com taxas vieram do setor de telecomunicações em 2014.

A entidade lembra que, além do Fistel, existem também o Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust), que recolheu R\$ 1,76 bilhão em

2014, e o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), que arrecadou R\$ 600 milhões no ano passado. Desde 2001, já foram repassados aos cofres públicos R\$ 81 bilhões dos fundos de telecomunicações. "Mas apenas 6% desse total foram aplicados para a sua finalidade original: universalizar, fiscalizar e promover o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações. No caso do Fistel, o valor anual das taxas de fiscalização já ultrapassa em seis vezes o que é gasto pela agência reguladora com essa atividade", conclui.

19/05/2015 - Telesíntese

Credores aprovam transferência de dívida da PT Portugal para subsidiária da Oi

Credores da concessionária brasileira também aprovaram venda da PT Portugal, ontem, e previsão de uso do dinheiro em processo de consolidação no Brasil.

Os detentores de 400 milhões de euros em debêntures da PT Portugal aprovaram, em assembleia realizada ontem, em Lisboa (Portugal), a transferência da dívida para a Portugal Telecom International Finance (PTIF). A medida é necessária para que a venda da PT Portugal para a Altice seja finalizada. Com a decisão, avalizada por 95,78% dos credores, a PTIF, subsidiária da Oi, passa a ser a emitente dos títulos.

Em outra reunião com debenturistas da Oi, realizada também ontem, no Rio de Janeiro (RJ), credores da concessionária brasileira aprovaram a venda da PT Portugal e que os valores a serem recebidos pela Oi sejam usados com pagamentos de dívidas ou para participação da Oi em um eventual processo de consolidação no mercado de telecom no Brasil. Também aceitaram a meta de alavancagem da Oi, entre 4,5 vezes e 6 vezes o EBITDA ao fim de 2015.

Portugal

Em comunicado emitido na última semana, a PT SGPS diz que tem todo o direito de receber o pagamento dos 897 milhões de euros devidos pela Rio

Forte, empresa do Grupo Espírito Santo (GES), em processo falimentar. A PT argumenta que, apesar de ter entre os sócios na época do investimento o Banco Espírito Santo, e ainda hoje o Novo Banco (braço saudável do que restou do banco português), não pode ser considerada parte GES. Bancos que emprestaram ao GES e suas subsidiárias cobram nos tribunais os pagamentos, e tentam jogar a PT SGPS para o fim da fila de credores a receber sob o argumento de que a tele faz parte do grupo.

A imprensa portuguesa noticiou ainda, no fim de semana, que a Altice, compradora da PT Portugal, braço operacional da PT SGPS, já estuda a venda de parte dos ativos. A companhia francesa já teria iniciado negociações com diferentes interessados, entre as quais estariam a Ericsson e a Accenture. À venda estariam as unidades PT Sistemas de Informação e PT Inovação. Um centro de dados da empresa também estaria sendo negociado, em regime de concessão. O portal online Sapo também deve ser vendido ou passar por uma reestruturação, segundo o jornal Expresso







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/05/2015 - Carta Maior

Os mega-projetos chineses e a reorganização da hegemonia do comércio na América Latina

Nos últimos anos, os principais projetos de infra-estrutura na América Latina estão sendo financiados com capital chinês.

Na última semana diversos veículos de comunicação, a maioria estrangeiros, noticiaram que a construção de uma mega-ferrovia havia entrado nos planos do Planalto. A visita do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, à Brasília tem como objetivo apresentar um plano de investimento orçado em US\$ 50 bilhões que dentre outras obras e compras prevê a construção de uma ferrovia que ligue o Atlântico ao Pacífico, cruzando o Brasil e o Peru, estimada em R\$ 30 bilhões.

O projeto até o momento não parece ter sido questionado pelos veículos tradicionais, é tratado até com simpatia por se propor a sanar um grande problema de logística do Brasil, a falta de uma saída ao pacífico. Vale destacar que o projeto beneficia principalmente os grandes produtores de commodities que terão seus custos reduzidos no processo de exportação para o gigante asiático. Estaríamos assim apenas seguindo a rota do dinheiro, facilitando a compra dos nossos produtos por aqueles que mais se dispõem à comprar.

Pelo desenho original a ferrovia sairá do Rio de Janeiro e passará pelos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Roraima, e Acre, antes de entrar no Peru - por onde seguirá até o pacífico. Não há dúvidas de que se trata de um mega-projeto que beneficiará os produtores brasileiros e os chineses. Mas será que é apenas isso?

Nos últimos anos temos visto uma movimentação bastante acelerada dos chineses na América Latina. De maneira sutil, os chineses estão reorganizando o comércio e a infraestrutura da região. Existe um tensionamento mais frio que o da Guerra Fria, onde ao que parece os Estados Unidos está em desvantagem. Não se trata de um debate de ideias, diversas missões chinesas têm visitado os países da América Latina, algo similar com o que os EUA fizeram no período entre guerras. Os chineses mostram sua destreza ao competir na economia globalizada de forma dura.

Nos últimos anos os principais projetos de infraestrutura na América Latina estão sendo financiados com capital chinês, com exceção do Porto de Mariel em Cuba. O Canal da Nicarágua, começou a ser construído no final do ano passado pela HKNCD (Hong Kong Nicaragua Canal Development) e tem previsão de entrega para daqui a 5 anos. O projeto é maior, mais largo e mais profundo que o Canal do Panamá – principal trajeto para cruzar de um oceano a outro na atualidade – o que permitirá o trânsito dos maiores navios cargueiros da atualidade. O projeto do Canal da Nicarágua prevê um fluxo de aproximadamente o dobro da carga que hoje transita pelo canal vizinho.

O Porto de Mariel em Cuba, apesar de não estar sendo construído com capital chinês, também representa uma ameaça ao controle estadunidense do fluxo de cargas na América. Construído com empréstimo direto do BNDES, o mega-projeto cubano prevê capacidade para 800 mil contêineres por ano e será operacionalizado pela Singapur PSA International – que administra cerca de 30 milhões de contêineres pelo mundo. A recente aproximação entre os governos de Washington e Havana mostra, entre outras coisas, a preocupação dos empresários estadunidenses com este empreendimento. São cerca de 70 empresas transnacionais que já se manifestaram sobre a intenção de operar em Mariel, nenhuma delas é estadunidense tendo em vista o embargo econômico que a ilha do povo cubano vive.







Produção: TET Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Ainda sobre a aproximação chinesa na América Latina, recentemente o governo de Cristina Kirchner fechou um acordo para a transferência do equivalente à 11 bilhões de dólares que prevê a construção de duas hidrelétricas no país.

Todos estes projetos citados apresentam ganhos de eficiência das economias da região, além de garantir o abastecimento de commodities à China de maneira mais rápida e barata. Se analisarmos o mapa da América Central veremos que estes megaprojetos representam também a reorganização da geopolítica na região. O Canal da Nicarágua deságua próximo ao Porto de Mariel que visa ser um grande porto de escoamento para os Estados Unidos, América Latina e China.

Como se não fosse suficiente, o primeiro-ministro chinês desembarcou em Brasília hoje (19/05) para fechar o acordo da mega-ferrovia que ligará o Atlântico ao Pacífico. O projeto ligará a ferrovia norte-sul ao pacífico via Peru, barateando os custos do escoamento de minério de ferro e soja. O comércio entre o gigante asiático e a América Latina foi multiplicado por 20 entre 2000 e 2014, já superando US\$ 262 bilhões. Em uma reunião entre os membros da CELAC e a China, em Pequim – realizada em janeiro – o presidente chinês Xi Jinping se comprometeu a destinar cerca de US\$ 250 bilhões para projetos de infra-estrutura na América Latina nos próximos 10 anos. Quase metade das exportações brasileiras para a China são representadas pela venda de soja, segundo o Professor da UFF, Theotonio dos Santos, o negócio representa "...do ponto de vista da China, uma questão-chave. É claro que o fato de o Brasil não ter uma saída para o Pacífico é uma limitante

muito séria para o país, como produtor e exportador.".

A Presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, quando questionada sobre o acordo firmado com a China disse, durante a abertura de Sessões do Congresso Nacional no dia 1º de março: "Senhoras e senhores, argentinos, o mundo dentro de 5 anos, não dentro de 5 séculos, vai ser diferente. Dentro de 5 anos a China vai ser o mais importante ator econômico, se já não for, do mundo. Como, se durante toda a nossa vida nos disseram que tínhamos que ter relações carnais com aqueles que nunca nos davam nada e nos tiravam tudo? Como não vamos ter relações normais, comuns e diplomáticas, econômicas e estratégicas com aqueles que nos vêm oferecer investimentos? Não se pode ser tão estúpido, não se pode ser tão colonizado mentalmente, tão subordinado intelectualmente, tão pequeno de cabeça e de neurônios.".

A movimentação chinesa não é um projeto a ser implantado, é um projeto em curso, que depende do não alinhamento automático aos EUA, e da preservação dos governos populares, para reorganizar a hegemonia do comércio na região e alavancar o desenvolvimento latino-americano. Sobre isso, Dos Santos diz: "Essa é uma política que a China vem seguindo, de usar esse excedente econômico colossal que tem para criar uma economia mundial que atenda não só as necessidades chinesas, mas também sirva para um desenvolvimento planetário, para sairmos dessa posição subordinada que nós temos dentro da economia mundial. Isso é interesse da China e é interesse nosso."







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/05/2015 - Carta Capital

Zara é autuada por não cumprir acordo para acabar com trabalho escravo

A grife espanhola descumpriu acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho para corrigir condições degradantes como trabalho infantil, ampla jornada de trabalho e servidão por dívida

A grife Zara, que produz e vende roupas masculinas e femininas e pertence ao grupo espanhol Inditex, foi autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por descumprir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2011 para corrigir condições degradantes que caracterizaram trabalho escravo na cadeia produtiva da empresa.

De acordo com a superintendência do órgão federal em São Paulo, uma auditoria com 67 fornecedores da marca mostrou 433 irregularidades em todo o país, como excesso da jornada de trabalho, atraso nos pagamentos, aumento dos acidentes, trabalho infantil, além de discriminação pela exclusão de imigrantes da produção, o que pode resultar em multa de mais de R\$ 25 milhões.

Há quatro anos, a Zara foi autuada por manter 15 trabalhadores bolivianos e peruanos em condição análoga à de escravo na atividade de costura. As oficinas subcontratadas pela marca receberam 52 autos de infração. Entre as irregularidades, foram constatadas jornada de trabalho excessiva, servidão por dívida e situação precária de higiene.

Na época, a empresa disse desconhecer esse tipo de exploração. Pelo TAC, assinado com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Zara deveria ter detectado e corrigido novas violações, por meio de auditoria interna, melhorando as condições gerais de trabalho na empresa.

O relatório mostra que mais de 7 mil trabalhadores foram prejudicados pelas irregularidades em fornecedoras da Zara. Entre eles, 46 empregados estavam sem registro em carteira, 23 empresas estavam em débito de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e 22 fornecedores registravam jornadas excessivas, irregulares ou fraudadas.

Em relação aos acidentes de trabalho, verificouse um aumento de 73, em 2012, para 84 casos, no ano passado. A auditoria foi solicitada por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de São Paulo que investigou trabalho escravo. As fiscalizações ocorreram entre agosto de 2015 e abril deste ano.

Para o Ministério do Trabalho e Emprego, a empresa não só continuou a cometer infrações à lei trabalhista como utilizou as informações da auditoria para excluir imigrantes da produção. "Utilizou-se das ferramentas de fiscalização de natureza privada para identificar fornecedores com risco potencial de exploração de trabalho análogo à de escravo, excluindo-os unilateralmente de sua cadeia produtiva, em vez de identificar situações reais de lesão aos direitos humanos, corrigi-las e comunicar às autoridades, de acordo com o que determinava o TAC", diz o relatório da superintendência regional. Por conta da fiscalização, a empresa transferiu parte de sua produção para outros estados, como Santa Catarina.

Pelos cálculos do ministério, a empresa deve pagar R\$ 25 milhões pelo descumprimento do acordo e R\$ 850 mil pela atitude discriminatória. "Trabalhadores migrantes, notadamente de origem boliviana, foram excluídos de sua cadeia produtiva, razão pela qual a empresa foi autuada por restringir o acesso ao trabalho por motivos de origem e etnia do trabalhador", explica o relatório do órgão. A estimativa do MTE é que 157 imigrantes que trabalhavam em 35 oficinas foram desligados. O relatório aponta ainda que cerca de 3,2 mil postos foram fechados em São Paulo por causa do deslocamento da produção da empresa para outros estados.





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O ministério destacou ainda que a Zara foi omissa quando da contratação de uma oficina, onde se constatou trabalho escravo em novembro do ano passado. Foram flagrados 37 trabalhadores em situação degradante, que costuravam para as Lojas Renner. "A fiscalização constatou que, no período de 14 de agosto a 23 de setembro de 2013, esse grupo de oficinas também havia produzido 8.450 peças de roupas da Zara", diz o documento. A grife espanhola, no entanto, apesar do acordo firmado com o MPT, não informou aos órgãos competentes as irregularidades deste fornecedor. A Zara não foi responsabilizada por causa da ausência do flagrante.

Em resposta à organização não governamental Repórter Brasil, que publicou reportagem sobre o caso, a Inditex informou que está contestando legalmente os autos de infração, pois considera que acusações infundadas e que não contêm fato específico que viole o TAC.

Em relação à prática discriminatória, a multinacional diz que não intervém no recrutamento dos empregados de companhias com as quais mantém relacionamento comercial. A Inditex acrescenta que a Zara é apenas um entre os vários clientes desses fornecedores e que a empresa representa menos de 15% da produção desses fabricantes.

Sobre o fornecedor que foi flagrado posteriormente empregando mão de obra escrava, a Inditex diz que ele foi submetido a auditoria interna e não foram constatadas situações de trabalho comparáveis a de escravidão. Para a empresa, contestar esse fato é colocar em dúvida companhias especializadas em auditoria privada de "reconhecido prestígio internacional".

As demais violações, como trabalho infantil e funcionários sem registro em carteira, são contestadas. Sobre jornadas excessivas e débitos de FGTS, a empresa alega que medidas corretivas foram adotadas.

19/05/2015 - Agência Brasil

Terceirização aumentará ações na Justiça, diz presidente do TST

Na opinião de Antônio Barros Levenhagen, terceirizar atividade-fim "pode gerar uma insegurança jurídica maior do que a que temos hoje"

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antônio José de Barros Levenhagen, disse na segunda-feira 18 que, se convertido em lei na forma como foi aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto que propõe novas regras para a terceirização aumentará o número de ações trabalhistas e, ao contrário do que tem sido dito por alguns de seus defensores, "não dará segurança jurídica às empresas". Segundo ele, tudo indica que os juízes trabalhistas terão "muita dor de cabeça" com as lacunas abertas e com a falta de parâmetros e de detalhamentos do documento.

"Da forma como saiu da Câmara, [esse proje-

to de lei] tem muitas normas em branco. Não há parâmetro, por exemplo, sobre se poderá terceirizar na atividade-fim cerca de 30% [do quadro], ou se o empregado terceirizado não poderá receber salários inferiores a 80% do empregado efetivo. Como não trata desses aspectos de forma explícita, e como não há referências padrão, poderá eventualmente redundar em várias ações para questionar se, na atividade-fim, pode-se pensar em terceirizar 99% [do pessoal]. Convenhamos: isso seria um absurdo porque pode gerar uma insegurança jurídica maior do que a que temos hoje", disse Levenhagen à Agência Brasil.





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731



De acordo com o ministro, como não há parâmetros bem definidos, caberá ao magistrado decidir qual seria esse percentual. "Talvez um entenda que só possa terceirizar 40% do quadro; outro, 50%; outro, 90%. Outros entenderão que não pode haver uma discrepância de salário significativa. Há uma miríade [quantidade indeterminada] de possibilidades de discussões em ações judiciais. Por isso, nossa expectativa é que, aprovado o projeto na forma como foi aprovado na Câmara, tenhamos como resultado o incremento de demandas trabalhistas."

Ao dar sua opinião pessoal sobre o assunto – deixando claro que, em parte, as explicações não representam a posição oficial do TST –, Levenhagen disse acreditar que, além de aumentar o número de ações trabalhistas, a regulamentação, da forma como está, tornará os processos mais lentos, uma vez que, em algumas situações, haverá mais etapas para a definição da responsabilidade pelo trabalhador. É o caso, por exemplo, da chamada quarteirização, situação em que, em função da necessidade de grande número de contratações, uma empresa terceirizada precise contratar outra empresa para

dar conta da demanda. "Não posso me antecipar a alguma decisão, mas certamente veremos situações como essa, na medida em que as ações forem intentadas", disse o ministro.

O ministro afirma que no texto da Câmara, fala--se primeiro em subsidiariedade e depois em solidariedade. "Penso que, como cabe à empresa contratante escolher a empresa contratada a partir dos requisitos da lei, ela já deveria responder solidariamente pelo não pagamento de verbas trabalhistas, seja na terceirização ou na quarteirização. E, depois, entrar com direito de regresso [direito de ser ressarcido de um prejuízo causado por terceiros] contra a empresa contratada, para prestigiar a dignidade do trabalhador", acrescentou. O ministro afirmou que, caso contrário, será aberta mais uma etapa de discussões, primeiro, para analisar a subsidiariedade, a fim de saber se houve culpa. Só depois será invocado o critério da solidariedade, o que dará margem a um número ainda maior de ações trabalhistas.

Para o ministro, seguindo o critério da solidariedade, essa discussão não seria necessária, bastando apenas a constatação de que o contrato não foi cumprido. "Se culposo ou doloso, não importa: a empresa contratante já é chamada a responder pelo inadimplemento", disse o magistrado.

A Câmara dos Deputados concluiu em abril (22) a votação das emendas e destaques apresentados ao projeto de lei que regulamenta a terceirização na iniciativa privada e estabelece normas e critérios para a terceirização. A emenda manteve no texto-base a possibilidade de terceirizar a atividade-fim.

Com a conclusão da votação das emendas e destaques que visavam a modificar o texto apresentado pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (SDD-BA), e aprovado pelos deputados no início de abril. O projeto seguiu para o Senado.





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/05/2015 - Portal Vermelho

PSDB mostrou na TV ser o partido que mente e é contra o Brasil

O PSDB levou ao ar nesta terça-feira (19), sua propaganda partidária, exibida em rede nacional de rádio e televisão. Durante 10 minutos, os brasileiros que não desligaram seus aparelhos confrontaram-se com a empulhação tucana. Sob a liderança dos caciques da sigla, FHC e Aécio Neves, o partido neoliberal e conservador atacou a presidenta Dilma Rousseff e o presidente Lula, seus alvos preferenciais.

Com técnicas próprias do propagandista do nazismo, Joseph Goebbels, os tucanos repetiram em doses repugnantes uma rotunda mentira: o PSDB " é a oposição que é a favor do país". Partiram de outra rematada falsidade – a de que o governo da presidenta Dilma descumpriu "promessas eleitorais". Ora, o governo está no começo e rigorosamente não fez promessas. Defendeu uma plataforma de luta e trabalho que tem plenas condições de realizar.

Quem já vendeu o país na bacia das almas não é nem será jamais a favor do Brasil. O PSDB, no exercício do poder (1995-2002) e na oposição, deu sobejas provas de ser o inimigo número 1 do povo brasileiro. Convenhamos. Quem já recebeu um passa-fora do povo, em quatro eleições sucessivas, não tem condições de se postular para voltar ao poder. O grupo que se fantasia de tucano revelou por inteiro seu embuste e imposturas.

Mas o povo brasileiro tem memória. A inflação acumulada do período em que FHC governou o Brasil foi de 100,6%; o desemprego, de acordo com o IBGE, era de 10,5% no último mês do desgoverno do professor da Sorbonne. FHC e sua equipe econômica eram especialistas nas artes de fazer a festa para o capital financeiro e os rentistas. Ao final do período em que FHC esteve à frente do governo, a taxa básica de juros era de 25% ao ano.

O governo dos tucanos foi também o de degradação dos salários. O salário mínimo era de apenas 200 reais em dezembro de 2002. A economia era um descalabro, com uma Dívida Pública Líquida equivalente a 60,5% do PIB, reservas internacionais no chão, de apenas 16 bilhões de dólares, e um PIB que posicionava a economia brasileira na 15ª colocação mundial.

O rosário de mentiras desfiado na noite da terçafeira não consegue esconder que sob o governo dos tucanos, a economia brasileira estava sob intervenção do Fundo Monetário Internacional e os lares brasileiros em muitos momentos ficavam às escuras devido ao apagão.

Os tucanos não têm moral para apontar suas asinhas acusadoras a quem quer que seja, muito menos aos governos que estão desde 2003 esforçando-se para tirar o país do atraso, da fome e do subdesenvolvimento.

O povo não se esquece de que FHC deve a sua reeleição à compra de votos no Congresso Nacional e que seu governo foi alvo de seríssimas acusações de corrupção e irregularidades. A dilapidação do patrimônio público, com as privatizações, teve a ver com muitos casos de enriquecimento ilícito.

Aécio Neves, outra estrela maquiada do programa de TV dos tucanos fez um governo desastroso em Minas Gerais, abandonando a educação, a saúde e a segurança pública, uma administração que penalizou os servidores públicos e a população mineira como um todo. Aliás, baseou sua campanha eleitoral em mentiras, tendo sido desmascarado e consequentemente derrotado na última eleição presidencial.

Sob todos os aspectos, a obra de Lula e Dilma, que os tucanos querem destruir, consistiu em boa medida, em remover a herança maldita tucana. Por isso, por quatro eleições consecutivas os tucanos não conseguiram voltar ao poder. Esta é também a razão por que optaram agora por uma estratégia golpista.

A propaganda partidária do PSDB exibida na noite desta terça-feira é parte da luta política, uma demonstração de que os tucanos estão partindo para o tudo ou nada, dispostos à radicalização e que desta conduta faz parte o engodo e a impostura. A propósito disso, fez parte da técnica de propaganda goebbeliana esconder o governador do Paraná, que até pouco tempo atrás era um dos queridinhos de FHC e Aécio e "promissora liderança", com vocação para continuar a obra de desmonte do Brasil que Lula, Dilma e a esquerda impediram.







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/05/2015 - Portal Vermelho

Inflação medida pelo IPC-S recua em cinco das sete capitais, diz FGV



A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) recuou na segunda semana de abril em cinco das sete capitais pesquisadas, com destaque para Brasília, que continua com a menor inflação do país, ao fechar a semana encerrada no último dia 15 com variação de 0,42% – resultado 0,23 ponto percentual inferior à taxa média do IPC-S (0,65%).

Os dados divulgados nesta terça-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) indicam que a inflação semanal também registrou queda em Salvador, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro.

As cidades que registraram alta no índice, da primeira para a segunda semana do mês, são Belo Horizonte, maior IPC-S do país e alta de 0,86% para 0,95%; e Porto Alegre, cuja taxa passou de 0,58% para 0,60%.

Em Salvador, capital que havia fechado a semana imediatamente anterior com a maior alta do país (1,03%), houve desaceleração de 0,11 ponto percentual da primeira para a segunda semana, mas ainda assim a capital baiana continua com o segundo maior IPC-S do país (0,92%).

Já em São Paulo, o maior parque fabril do Brasil, houve ligeiro recuo de 0,02 ponto percentual entre um período e outro. Quarta maior alta do país, junto com Porto Alegre, a capital paulista fechou a semana encerrada no último dia 15 com variação de 0,60% - resultado 0,05 ponto percentual inferior ao IPC-S médio das capitais pesquisadas.